



PROGRAMA

SESSÃO 15-A: INFRA-ESTRUTURAS E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Local: Colégio dos Jesuítas - Sala Cooperativa Sul

Presidente: Roberto Righi

ID	Título	Orador
1110	INTERACÇÃO ENTRE INFRA-ESTRUTURAS E REGIÕES: O CASO DO PORTO DE AVEIRO	Ricardo Correia
1131	REGENERAÇÃO URBANA: A BANALIZAÇÃO DE MAIS UM (RE)	Nuno Soares
1158	AS DESLOCAÇÕES CASA-ESCOLA E A PROMOÇÃO DA MOBILIDADE URBANA SUSTENTÁVEL. O CASO DA CIDADE DE CASTELO BRANCO	Rui Alves
1072	A CARACTERIZAÇÃO DA OFERTA DE ÁREAS DE ACOLHIMENTO EMPRESARIAL NO AVE E O SEU ENQUADRAMENTO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS	Fernando Fonseca
1213	IMPACTOS REGIONAIS DA RODOVIA NOVA TAMOIOS NO LITORAL NORTE DE SÃO PAULO, BRASIL	Roberto Righi

Fonseca, Fernando P.¹; Ramos, Rui A.R.²
Departamento de Engenharia Civil
Universidade do Minho
Campus de Gualtar, 4710-057 Braga
PORTUGAL
(1) ffonseka@gmail.com; (2) rui.ramos@civil.uminho.pt

A caracterização da oferta de áreas de acolhimento empresarial no Ave e o seu
enquadramento nas políticas públicas

Os objectivos do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) para as áreas de acolhimento empresarial (AAE) visam criar um novo conceito, mais assente na qualificação, no ordenamento e na gestão profissional destes espaços. No caso da região Norte de Portugal, estes mesmos objectivos foram transpostos para vários instrumentos operacionais, como o Programa Operacional Regional (ON.2) e o Plano de Acção para a Promoção do Acolhimento Empresarial no Norte de Portugal. Resumidamente, estes instrumentos pugnam pela articulação em rede das AAE à escala supra-municipal, pela requalificação das AAE e pela introdução de fórmulas de gestão mais eficientes e partilhadas das AAE.

No âmbito de um estudo de qualificação e de ordenamento das AAE do Ave realizado pelos autores, o *paper* propõe-se a apresentar os resultados do diagnóstico das AAE deste território fortemente industrializado. O diagnóstico baseou-se num inquérito exaustivo que foi endereçado aos municípios do Ave, com o objectivo de recolher várias informações sobre as AAE, como as infra-estruturas e os serviços existentes. As principais debilidades identificadas prendem-se com a forte dispersão territorial das AAE, com a desqualificação dos espaços, com a elevada taxa de não ocupação e com os modelos de gestão seguidos. Por fim, procurar-se-á analisar o posicionamento das entidades do Ave face às orientações nacionais e regionais e discutir a forma como o território está a (des)aproveitar as oportunidades existentes.

Palavras-chave: Acolhimento empresarial, ordenamento empresarial, competitividade, Ave.

1. Introdução

A região Norte de Portugal é uma região onde a indústria transformadora tem uma dimensão significativa em termos económicos e sociais. A importância deste sector pode ser aferida sob vários pontos de vista. Na região Norte de Portugal residem mais 3,5 milhões de pessoas, o que representa cerca de 35% da população portuguesa. Ao mesmo tempo, a região Norte era a que detinha o valor mais alto (38%) de população activa (INE, 2009). O sector transformador tem na região Norte uma enorme importância socioeconómica. Assim, verifica-se que em 2004, 36% do volume de negócios das empresas nacionais era gerado na região, que 53% da população empregada no sector secundário residia na região, que 43% das exportações tinham origem na região Norte e que 28% do PIB português era assegurado por esta região (CCDRN, 2006).

A forte especialização nos sectores ditos *tradicionais* (têxtil, vestuário, calçado, etc.) que nalgumas sub-regiões, como no Ave e Cávado, assume contornos de monoprodução, está na origem de vários problemas. Como é sabido, o crescimento e a competitividade destes sectores ao longo das últimas décadas assentou em factores estáticos, nomeadamente na existência de uma mão-de-obra intensiva, com baixas qualificações e remunerações. Com a internacionalização das actividades económicas, estes factores perderam competitividade a favor de países onde os custos de produção são ainda menores, tendo levado à deslocalização e ao encerramento de muitas indústrias na região. Uma das faces mais visíveis deste problema é a taxa de desemprego, que tem atingido na região Norte os valores mais altos do país. Para além deste problema, a perda de competitividade regional é também evidenciada por outros indicadores, tais como a diminuição do contributo do Norte para o PIB nacional, o afastamento do PIB *per capita* regional face à média nacional, o agravamento da divergência da região face à Europa e a queda da produtividade da região em relação à média nacional (CCDRN, 2006). Assim e não obstante o seu potencial, a região está a enfrentar um conjunto de desafios e de dificuldades que exigirão um esforço acrescido de cooperação e de reforço de competitividade por parte dos diversos actores regionais. O *cenário de crise* em que a região se encontra está associado a diversos factores, tendo sido alguns deles apontados por Porter (1994, 2002), tais como as características da mão-de-obra, pouco qualificada; a reduzida presença de factores de competitividade e de inovação empresarial e o deficiente nível de infra-estruturação e de amenidades nas áreas empresariais. Para além destes problemas estruturais, o Norte debate-se ainda com

a fragmentação e a falta de coesão territorial da região, marcada por fortes assimetrias subregionais. Por estes motivos, o documento orientador da estratégia regional (CCDRN, 2006) refere que *as estatísticas são cruéis para a região Norte e que o empobrecimento da região nos últimos anos é alarmante.*

Ora sendo o acolhimento empresarial um aspecto decisivo para a competitividade dos territórios e para a captação de investimentos, o objectivo do *paper* consiste em analisar as medidas e as políticas que têm sido colocadas em prática para mitigar os problemas relacionados com o acolhimento empresarial na região Norte em geral e do Ave em particular. Têm sido realizados vários diagnósticos (CCDRN, 2006; Valente *et al.*, 2008) que identificam as principais debilidades do acolhimento empresarial na região e que estão essencialmente relacionados com a falta de qualificação dos espaços, com a dispersão territorial e com os modelos de gestão adoptados. Desta forma, na Secção 2 explora-se o âmbito das políticas regionais para ultrapassar estas debilidades. Na Secção 3 analisa-se o caso particular do Ave, dando conta das principais conclusões de um estudo de ordenamento e de qualificação empresarial que foi realizado neste território. São apresentadas as características das AAE do Ave e discute-se o posicionamento das várias entidades municipais e supra-municipais face às políticas de âmbito regional e à necessidade de repensar as políticas de acolhimento empresarial nesta área de forte tradição industrial. Por último, tecem-se algumas considerações finais e desafios futuros que o Ave terá de superar para se reposicionar como um território de acolhimento empresarial atractivo, dinâmico e competitivo.

2. As políticas de ordenamento e de qualificação das AAE na região Norte

A importância do acolhimento empresarial tem merecido uma ampla atenção por parte de diversos documentos e planos orientadores de âmbito nacional e regional. A nível nacional destacam-se o Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território (PNPOT), o Plano Tecnológico Nacional e o Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN). As orientações estratégicas definidas pelo PNPOT para o acolhimento empresarial na região Norte focalizam-se na necessidade de reordenar e de qualificar as AAE, de forma a disponibilizar espaços de maior qualidade, que promovam a atractividade de investimentos e de recursos qualificados, potenciando as economias de aglomeração e a densificação de interacções criativas e inovadoras. No caso do Plano Tecnológico, o seu objectivo pretende estimular o desenvolvimento e

reforçar a competitividade do país, actuando articuladamente sobre três domínios: o conhecimento, a tecnologia e a inovação. Do ponto de vista empresarial, o Plano Tecnológico procura fomentar a produção de bens e de serviços mais qualificados e com um maior valor acrescentado e a criação de unidades empresariais mais qualificadas e competitivas. Por sua vez, o QREN, que enquadra a aplicação dos apoios comunitários para a coesão económica e social de Portugal para o período 2007-2013, veicula também um conjunto de disposições para o acolhimento empresarial, que se encontram consubstanciadas e descritas com maior pormenor em vários planos e programas de nível regional. Em particular, a Agenda Operacional para os Factores de Competitividade do QREN estabelece um conjunto de intervenções que visam estimular a qualificação do tecido produtivo, por via da inovação, do desenvolvimento tecnológico e do estímulo do empreendedorismo, bem como da melhoria das diversas componentes da envolvente da actividade empresarial, onde se incluem incentivos à inovação e renovação do modelo empresarial. É de referir que estes instrumentos de âmbito nacional são generalistas no que se refere aos objectivos enunciados, mas servem de orientação à prossecução dos objectivos a nível regional.

Ao nível regional e considerando os problemas de competitividade descritos na Secção 1, importa analisar com mais detalhe quais as medidas que têm vindo a ser colocadas em prática pelas entidades regionais e qual é o alcance dessas iniciativas. Antes de mais, é de salientar que têm sido realizados vários estudos e iniciativas e que se encontram em vigor diversos instrumentos que pretendem debelar as carências do acolhimento empresarial na região. A CCDRN tem tido, neste particular, um papel pivot. Uma das iniciativas mais recentes foi o documento estratégico conhecido por *Norte 2015* (CCDRN, 2006). A preparação deste documento teve em vista a preparação de uma estratégia de desenvolvimento regional para o período de programação financeira 2007/2013. No documento é realizado um diagnóstico das potencialidades e das debilidades da região e, em consonância, é formulada uma visão estratégica para aquilo que se pretende que a região Norte venha a ser nos próximos anos. A visão estratégica assenta em três prioridades de desenvolvimento: (i) promover a intensificação tecnológica da base produtiva regional; (ii) assegurar sustentadamente a competitividade regional; (iii) e fomentar a inclusão social e territorial. Em termos empresariais mais específicos, a visão estratégica pugna pela intensificação tecnológica das indústrias tradicionais, ao que será necessário adicionar outros factores de competitividade relacionados com a qualidade industrial e com a reposição do tecido

empresarial nos circuitos comerciais e nos canais de distribuição. Da visão estratégica resultaram diversos Planos de Acção materializados em sete Agendas Prioritárias.

O Plano inserido no conjunto das Agendas Temáticas do *Norte 2015* com maior incidência no acolhimento empresarial é o Plano de Acção para a Promoção do Acolhimento Empresarial no Norte de Portugal (Silva *et al.*, 2008). Este plano pretende constituir um referencial metodológico para a constituição de áreas de acolhimento empresarial, definindo um conjunto de objectivos específicos para o acolhimento empresarial da região Norte no horizonte de aplicação do QREN e do Programa Operacional Regional do Norte (o *ON.2 – o Novo Norte*). As acções definidas no Plano baseiam-se numa análise que é feita à oferta regional, através da qual se identificaram os principais pontos fortes e fracos das AAE. Resumidamente, o diagnóstico permitiu detectar a existência de quatro vulnerabilidades mais limitativas. A primeira relaciona-se com a desqualificação física e funcional de muitas AAE, onde apenas estão presentes algumas infra-estruturas e serviços básicos (por exemplo, acessos rodoviários, electricidade e água). A presença de infra-estruturas e de serviços mais avançados, assim como as componentes ambiental e social encontram-se ausentes de um número significativo de AAE da região. Em segundo lugar, existe um número muito elevado de (pequenas) AAE muito dispersas pelo território. A origem deste problema parece radicar nas estratégias individualizadas que foram praticadas ao longo do tempo, segundo uma lógica errada de que quantas mais AAE existirem por município, maiores serão as oportunidades de desenvolvimento. Na prática, estas medidas têm originado baixos índices de ocupação de muitas AAE na região. Relacionado com este surge um terceiro problema que se relaciona com a ausência de hábitos de cooperação e de estruturação em rede das AAE, que continuam a funcionar sob lógicas individualizadas. E, por último e de uma forma geral, as AAE são geridas de uma forma pouco eficiente, onde as entidades promotoras se limitam frequentemente à disponibilização e infra-estruturação do espaço, sem que haja depois uma gestão de acompanhamento e de rentabilização das AAE. Para fazer face aos problemas identificados, o Plano de Acção define sete linhas prioritárias, cujos objectivos pretendem fomentar: (i) projectos selectivos de AAE; (ii) projectos de incubação de base tecnológica; (iii) uma rede municipal e supra-municipal de AAE; (iv) projectos de promoção do empreendedorismo; (v) projectos de *innovation/creative hubs* em ambiente urbano; (vi) formação e qualificação da gestão e promoção de redes; (vii) acções de benchmarking

internacional. Para cada uma destas linhas de acção prioritárias, o Plano identifica os instrumentos de política e as respectivas fontes de financiamento previstas.

Um outro documento que estipula um conjunto de orientações para o acolhimento empresarial é o Programa Operacional Regional do Norte (ON.2). O ON.2 constitui o documento orientador das prioridades de investimento para o período de vigência do QREN (2007-2013), dando seguimento à visão estratégica do Norte 2015 e ao Plano de Acção para o Acolhimento Empresarial. O Programa Operacional desdobra-se em diversos eixos prioritários, sendo de maior relevância o Sistema de Apoios a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística (Eixo I, Competitividade, Inovação e Conhecimento e Eixo IV, Qualificação do Sistema Urbano). O Sistema de Apoios a AAE e Logística do ON.2 apresenta vários objectivos estratégicos, entre os quais, a adopção de novas fórmulas de gestão e a construção de uma rede regional de AAE de elevada qualificação, pelo menos uma em cada *unidade territorial* (NUT III) da região Norte. De uma forma geral, estes princípios pretendem colmatar as insuficiências do acolhimento empresarial identificadas nos estudos prévios que foram realizados, como no de Silva *et al.* (2008). Assim, as políticas públicas pretendem apenas apoiar projectos que se distingam pela qualidade e que acarretem efeitos de escala. Deste modo, o ON.2 dá preferência às iniciativas colectivas em detrimento das estratégias empresariais individualizadas e procura apoiar os projectos que apostem na qualificação e na integração das AAE. O efeito de escala espera-se alcançar através de lógicas de funcionamento em rede das AAE a nível municipal e supra-municipal, bem como por uma maior proximidade institucional entre as diversas entidades (autarquias, empresários, associações, centros de I&D, etc.). Com o mesmo objectivo, os fundos previstos para a reorganização das AAE estão essencialmente direccionados para apoiar estratégias de cooperação e de articulação reticular, colocando em segundo plano as pequenas iniciativas individuais. O objectivo pretendido é o de estabelecer as bases para uma nova estrutura de acolhimento empresarial, com maior massa crítica e capacidade competitiva, rompendo com a fragmentação e com a difusão actualmente existente. Em relação à qualidade, o ON.2 valoriza a actualização das infra-estruturas e serviços (amenidades) existentes nas AAE, de forma a incrementar e a modernizar o acolhimento empresarial nas suas múltiplas dimensões, nomeadamente ao nível ambiental e social. Por último, o Programa prevê ainda apoiar a adopção de formas de gestão mais eficientes das AAE. A heterogeneidade das AAE da região Norte reflecte-se na existência de um conjunto diversificado de soluções de gestão dos espaços que, não

raras vezes, têm responsabilidades nas condições de funcionamento e de atractividade dos espaços. A adopção de formas mais eficientes e profissionais dos espaços, nomeadamente para gerir as redes que venham a surgir, são também um mecanismo para dinamizar a competitividade das AAE da região.

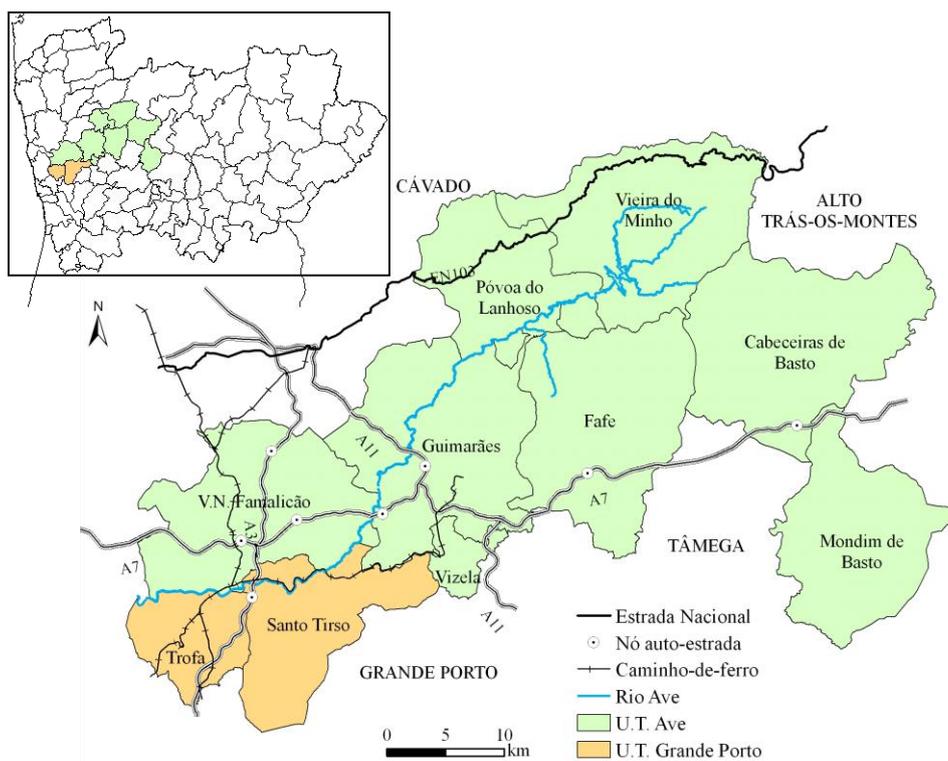
O Plano Regional de Ordenamento do Território do Norte (PROT-N) define também um conjunto de orientações para o acolhimento empresarial na região. À data actual (Março de 2010), o PROT-N ainda não está publicado, encontrando-se em fase pós-discussão pública. A versão conhecida do PROT define também um conjunto de estratégias e de recomendações a serem adoptadas pelos municípios que se encontram em sintonia com os demais instrumentos já descritos. Numa breve retrospectiva da situação existente, o PROT-N reconhece que a oferta de AAE na região excede em muito as necessidades, devido não só às políticas erradas dos municípios, como à acção dos promotores privados, que colocam esta oferta no mercado com intuitos económicos. O PROT-N reconhece ainda que a coerência territorial das AAE deixa algo a desejar, com as lógicas municipais e individualizadas a sobreporem-se ao princípio de redes sub-regionais. Por outro lado, a questão da desqualificação dos espaços também é realçada, uma vez que a oferta se tem preocupado mais com a questão do espaço físico e menos com a dimensão dos serviços. A proposta do PROT-N centra-se na racionalização e na qualificação do acolhimento empresarial, numa dupla perspectiva: na maior coerência territorial e numa maior componente de serviço nas AAE. A maior coerência territorial das AAE conseguir-se-á pela evolução de uma lógica municipal, para uma lógica de rede, nomeadamente ao nível das NUT III, valorizando as complementaridades e as especializações entre as empresas. A qualificação dos espaços passa pelo reforço da componente de serviços, seja ao nível dos serviços condominiais (gestão comum dos espaços em termos de limpeza, segurança, etc.), serviços de consultadoria (formação, gestão, etc.), planos de marketing, inovação, etc.

Em suma, estes são os instrumentos e as mais recentes iniciativas públicas direccionadas para o reforço da competitividade e da coerência territorial das AAE na região Norte. No seu conjunto, as medidas procuram atacar de frente as principais debilidades de que padece o acolhimento empresarial na região. Resta esperar que estas iniciativas e orientações de nível regional tenham força suficiente e sejam capazes de alterar o *statu quo* que caracteriza a região e que sejam capazes de mobilizar os actores municipais para a necessidade de alteração de postura, levando-os a reequacionar as políticas de ordenamento empresarial dos últimos anos.

3. O ordenamento do acolhimento empresarial no Ave

3.1. Enquadramento territorial do Ave

A configuração territorial do Ave utilizada no *paper* é a mesma do estudo de ordenamento e de qualificação empresarial, englobando 10 municípios: Cabeceiras de Basto, Fafe, Guimarães, Mondim de Basto, Póvoa de Lanhoso, Santo Tirso, Trofa, Vieira do Minho, Vila Nova de Famalicão e Vizela (Figura 1). É de salientar que esta configuração já não corresponde à actual NUT III Ave, uma vez que por força do Decreto-Lei n.º68/2008, de 14 de Abril, os municípios de Santo Tirso e da Trofa passaram a integrar o Grande Porto.



Fonte: Elaboração própria a partir de várias fontes.

Figura 1: Configuração territorial do Ave em análise

No seu conjunto, os 10 municípios perfazem uma área de 1.660km², valor que corresponde a cerca de 8% da superfície da região Norte. O Ave possui uma localização estratégica no contexto quer da região Norte, quer da própria Euro-Região Norte de Portugal/Galiza. Com efeito, é um território de charneira entre o litoral e o interior, entre a Área Metropolitana do Porto e os territórios localizados a Norte (Cávado, Minho/Lima e Galiza). Esta localização privilegiada é potenciada pela passagem de um conjunto de eixos estruturantes rodo-ferroviários, que melhoraram a acessibilidade externa e interna, nomeadamente em relação aos municípios de localização mais

interior. Ainda assim, este território é marcado por grandes assimetrias, que as alterações operadas pelo Decreto-Lei n.º68/2008, de 14 de Abril, vieram agudizar, com a consequente saída dos municípios de Santo Tirso e da Trofa para o Grande Porto e com a integração dos municípios que pertenciam à NUT III do Tâmega (Cabeceiras de Basto e de Mondim de Basto) no Ave. Estas mudanças acentuaram a fractura territorial do Ave, pois agora coexistem territórios com estruturas económicas e dinâmicas demográficas muito diferenciadas, onde estão incluídos municípios *típicos* do vale do Ave (Guimarães, V.N. Famalicão e Vizela) e municípios de características rurais e de transição para espaços de montanha (Mondim de Basto e, em menor escala, Cabeceiras de Basto e Vieira do Minho). Deste modo, a nova configuração territorial do Ave veio agravar algumas clivagens territoriais já existentes, resultando numa NUT mais heterogénea e assimétrica.

De acordo com o último Censo (INE, 2002), no Ave residiam 536.387 habitantes, cifra que representava quase 15% da população residente na região Norte. Um dos elementos mais evidentes da heterogeneidade do Ave é o facto de 54% da população residir apenas nos municípios de Guimarães e de V.N. Famalicão. Na verdade, esta NUT III de dimensões relativamente modestas reproduz um fenómeno generalizado à escala nacional, que é o facto dos municípios do interior estarem bastante mais despovoados e envelhecidos, devido às características da sua estrutura económica. No seu conjunto, o Ave apresenta alguns indicadores demográficos mais favoráveis do que a região Norte, tais como um maior crescimento da população residente ao longo da década de 1990 (9% contra 6% na região Norte), uma maior proporção de população jovem (19% contra 17%) e uma menor percentagem de idosos (12% contra 14%). Um dos parâmetros em que o Ave está pior em relação à região Norte é ao nível da instrução da população, pois 62% da população apenas detinha a instrução básica, a que se soma 27% sem qualquer nível de instrução. As reduzidas qualificações da mão-de-obra do Ave emergem como um dos principais *handicaps* do território e como uma debilidade estrutural fruto do modelo predatório de mão-de-obra pouca qualificada que predominou no desenvolvimento industrial das últimas décadas e que está esgotado. O reforço da qualificação e da formação dos recursos humanos, assim como o combate ao abandono escolar que ainda tem algum significado, devem constituir uma prioridade estratégica das autoridades, de forma a contribuir para um novo modelo de desenvolvimento empresarial, baseado em mão-de-obra mais qualificada e criativa.

No que respeita à estrutura económica da população, verifica-se que as actividades do sector transformador continuam a ser hegemónicas na criação de emprego no Ave, pois asseguravam o posto de trabalho de 62% da população empregada (INE, 2002). Em relação à taxa de desemprego, os últimos dados desagregados a nível municipal remontam a 2001, altura em que a taxa de desemprego se situava nos 5,6% (INE, 2002). As estatísticas do desemprego publicadas pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional¹ (IEFP) permitem ter uma ideia mais precisa da evolução recente do fenómeno do desemprego nos municípios do Ave. De acordo com esta fonte, em Janeiro de 2010, estavam inscritos mais de 43.000 desempregados nos centros do IEF, o que representa quase o triplo do total de desempregados existentes em 2001. Embora considerando os diferentes métodos utilizados pelas duas entidades na recolha dos dados, parece evidente que a taxa de desemprego subiu significativamente ao longo dos últimos anos no Ave.

De acordo com as estatísticas mais recentes (INE, 2009), o número total de empresas instaladas no Ave era de 46.826, tendo-se verificado um ligeiro acréscimo do número de empresas recenseadas face a 2001. Deste universo de empresas, cerca de 18% delas estavam relacionadas com a indústria transformadora. No que respeita ao tipo de empresas transformadoras, verifica-se uma preponderância das indústrias têxteis que representam, *per se*, 58% do total. Apesar de ainda ser dominante, o número de empresas têxteis tem decaído ao longo dos últimos anos, uma vez que em 2001 representavam 67% do universo das empresas existentes.

Apesar de as indústrias transformadoras não serem o tipo de empresa em maior número no Ave, são aquelas que empregam mais pessoal ao serviço (53% do total). Assim, pode concluir-se que a proporção média de pessoal ao serviço na indústria transformadora era de 13,2 trabalhadores/empresa, o que é indicativo do predomínio de micros e de PME's no território. O pessoal ao serviço nestas empresas regrediu face a 2001 (cerca de -2,5%). No que respeita à distribuição do pessoal ao serviço pelas diferentes indústrias transformadoras verifica-se que o sector têxtil continua a ser o mais importante (absorve 63% do pessoal ao serviço), embora no passado tivesse sido ainda mais predominante.

O volume de negócios realizado pela totalidade das empresas localizadas no Ave em 2007 ascendeu a 12,8 mil milhões de Euros, sendo que metade desse volume foi

¹ <http://www.iefp.pt/estatisticas/MercadoEmprego/ConcelhosEstatisticasMensais/Paginas/Home.aspx>
(site acedido em Março de 2010).

assegurado pela indústria transformadora. Ao contrário dos outros indicadores, o volume de negócios da indústria transformadora do Ave subiu face aos valores de 2001 (+15,5%) o que significa que apesar da redução do número de empresas, o valor das produções tem aumentado ao longo dos últimos anos. A principal contribuição é assegurada também pelas indústrias têxteis, que geram 50% do volume de negócios da indústria transformadora do Ave, apesar de ser um dos poucos sectores que viu reduzir o seu volume de negócios face a 2001. A generalidade das restantes indústrias aumentou o volume de negócios, com destaque para a fabricação de artigos de borracha e plástico, mas também das indústrias metalúrgicas, da madeira e da alimentar.

Como se referiu, o Ave é actualmente um território de contrastes. Com efeito, a desagregação das estatísticas anteriores revela que os municípios de Guimarães e de V.N Famalicão concentram não apenas a maior parte da população residente (54%), mas também o maior número de empresas (56%), de indústrias transformadoras (56%), de pessoal ao serviço nestas indústrias (63%) e ainda do seu volume de negócios (64%).

O Quociente de Localização (QL) é um índice que permite aferir a importância que as actividades industriais no Ave têm em comparação com a região Norte (Quadro 1). Este índice permite comparar o grau de diversificação e de especialização de uma dada região em relação a um outro território de referência. O cálculo deste índice está representado na Fórmula 1. Os resultados inferiores a 1 significam uma expressão de um dado sector produtivo inferior à verificada na região-padrão, ou seja, uma menor especialização do que a verificada na região; ao invés, os resultados superiores a 1 indicam uma maior especialização de um determinado sector.

Fórmula 1: Quociente de Localização

$$QL_{rj} = \frac{X_{rj}}{X_r} \bigg/ \frac{X_{pj}}{X_p} \quad (0 \leq QL_{rj} \leq \infty), \text{ sendo}$$

X_{rj} – O Valor da actividade j na região r;

X_r – O Valor do total das actividades consideradas, na região r;

X_{pj} – O Valor da actividade j na região padrão p;

X_p – O Valor do total das actividades consideradas, na região padrão p.

Assim e considerando o volume de negócios, verifica-se que o QL das empresas transformadoras do Ave em relação à região Norte é mais elevado, evidenciando uma maior especialização industrial. A análise revela que os sectores em que há uma maior

especialização são o têxtil (2,72) e a fabricação de artigos de borracha e de plástico (2,16). Se a especialização em torno do primeiro sector se explica pela sua elevada implantação no território, o valor alcançado pela fabricação de artigos de borracha e de plástico deverá explicar-se pela presença de uma importante empresa multinacional do sector em V.N. Famalicão. Os restantes sectores geram um volume de negócios com uma representatividade inferior à da média regional.

Quadro 1: O quociente de localização empresarial no Ave

Sector de actividade industrial	Quociente de localização
	Volume de negócios
Sector transformador (total)	1,60
Indústria alimentar, bebidas e tabaco	0,49
Indústria têxtil	2,47
Indústria do couro e produtos derivados	...
Indústria da madeira e da cortiça	0,18
Indústria da pasta do papel	0,35
Produtos petrolíferos e fibras sintéticas	0,84
Fabrico artigos de borracha e plástico	2,18
Fabrico de outros artigos minerais não metálicos	...
Indústria metalúrgica e produtos metálicos	0,75
Fabrico de máquinas e de equipamentos	0,64
Fabrico de equipamentos eléctricos e de óptica	0,40
Fabrico de material de transporte	0,19
Outras indústrias não especificadas	0,54

Fonte: INE, 2009.

3.2. Metodologia do estudo

A análise realizada na Subsecção anterior é reveladora da enorme importância que o sector transformador tem na economia do Ave. Como as AAE são espaços dedicados ao acolhimento essencialmente das indústrias transformadoras, o conhecimento das características destas áreas é um elemento fundamental para se gizar uma estratégia de ordenamento e de qualificação das AAE de um território. Como se referiu, este é um pressuposto das próprias políticas nacionais e regionais definidas para o acolhimento empresarial, que reconhecem que a requalificação, o reordenamento e a alteração do modelo de gestão das AAE constituem acções fundamentais para modernizar e tornar mais competitivos estes espaços.

Neste contexto, o Ave foi objecto de um estudo de qualificação e de ordenamento empresarial ao abrigo do projecto *Ave Compete – Qualificar e Ordenar para Competir* (Adrave, 2008), que foi aprovado pela medida 1.4 Valorização e Promoção Regional e Local, do POR-Norte. O objectivo fundamental do projecto foi o

de definir uma estratégia de qualificação e de articulação em rede das AAE do Ave, em consonância com as orientações para o sector. Para se formular a estratégia, foi necessário, em primeiro lugar, realizar um diagnóstico exaustivo das características das AAE e das estratégias delineadas pelos municípios para o acolhimento empresarial. Como se referiu, o objectivo deste *paper* é o de dar conta dos resultados obtidos com este estudo de diagnóstico, enquadrando-o nos requisitos das políticas públicas e analisando o posicionamento dos actores, nomeadamente no que se refere ao trabalho em rede (o modelo desenvolvido para a estruturação em rede das AAE é apresentado pelos autores num outro *paper* do Congresso).

Assim, o ponto de partida do diagnóstico de todo o trabalho a jusante foi a realização de um inquérito que foi remetido aos 10 municípios do Ave. O inquérito foi previamente estruturado e baseado num modelo de questões fechadas. Na construção do inquérito, houve a preocupação em diferenciar três tipologias de espaços:

- as AAE activas: os espaços empresariais dedicados e em funcionamento;
- os espaços empresariais difusos: áreas não dedicadas onde estão instaladas unidades industriais que coabitam com outros usos;
- os espaços empresariais desactivados: espaços empresariais (dedicados ou não) que à data do inquérito não tivessem instaladas empresas em actividade;
- as estratégias empresariais previstas: como a criação ou a ampliação das AAE existentes.

Para cada uma destas tipologias de espaços, as questões do inquérito focalizaram-se na recolha de informações sobre as AAE, podendo dividir-se em três conjuntos: (i) recolha de informações genéricas sobre as áreas (localização, superfícies, lotes, empresas instaladas, etc.); (ii) a obtenção de dados sobre as infra-estruturas de apoio existentes e previstas; (iii) e a identificação das demais amenidades presentes e previstas em cada AAE.

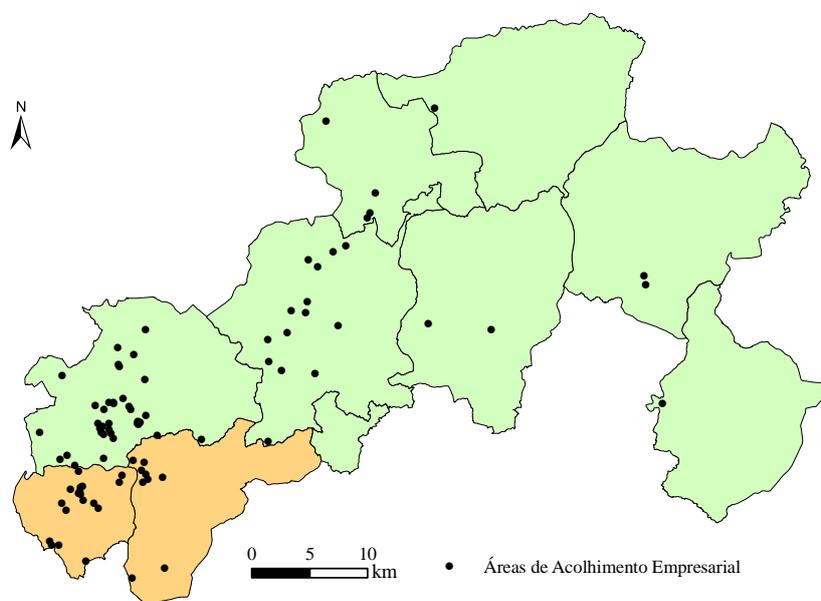
Os inquéritos foram respondidos por elementos dos serviços dos vários municípios. Nalguns casos, foram realizadas reuniões de trabalho com esses elementos para clarificar dúvidas. Os inquéritos foram realizados entre Janeiro e Março de 2008. As conclusões do diagnóstico, assim como as restantes etapas do estudo, foram analisadas, discutidas e validadas em reuniões da Comissão de Acompanhamento do projecto que, para além dos municípios e da promotora do projecto (Adrave) integrou várias entidades regionais e sub-regionais (CCDR-N, DGOTDU, Associação Municípios do Ave, Oficinas de Inovação, etc.). Deste modo, o projecto permitiu criar

uma plataforma de dimensão sub-regional onde foram debatidas, ponderadas e legitimadas várias acções para mitigar as principais debilidades do acolhimento empresarial no Ave. Nas Subsecções seguintes dá-se conta dos resultados obtidos.

3.3. O diagnóstico das AAE do Ave

3.3.1. As AAE activas

As principais informações recolhidas a partir do inquérito às AAE activas apresentam-se no Quadro 2. Com base no inquérito foi possível concluir que estavam em funcionamento 87 AAE no Ave, que se encontram irregularmente distribuídas pelo território (Figura 2). Deste inventário não constam os espaços que estavam exclusivamente ocupados por actividades não produtivas, como os espaços de função comercial. A distribuição territorial das AAE revela uma elevada concentração nos municípios do baixo Ave, com destaque para V.N. Famalicão, onde estavam implantados 42% de todos os espaços. Nos municípios do alto Ave a situação é diametralmente oposta, existindo apenas uma AAE nos municípios de Mondim de Basto e de Vieira do Minho. Vizela constitui um caso específico por não existir nenhuma área dedicada para a instalação de indústrias, que se encontram difusas pelo território. Por outro lado, é notória a existência de uma elevada fragmentação e difusão das AAE pelos territórios dos vários municípios, com todas as consequências que isso acarreta (custos de infra-estruturação, dificuldades de articulação, falta de escala, etc.).



Fonte: Adrave, 2008.

Figura 2: Distribuição das Áreas de Acolhimento Empresarial activas no Ave

Em termos globais, os 87 espaços disponibilizavam uma área bruta de 344ha que tem uma distribuição idêntica à do número de AAE, i.e., os municípios com maior número de parques são os que disponibilizam maior área de acolhimento. A exceção é o caso de Fafe que apesar de só ter duas AAE, é o terceiro município que tem maior oferta de acolhimento empresarial. A área não ocupada atinge valores bastante elevados nalguns municípios, nomeadamente na Póvoa de Lanhoso, onde correspondia a 55% do total da área de acolhimento oferecida pelo município (13,4ha). Por seu turno, a área reservada para espaços verdes e para equipamentos nas AAE é diminuta, correspondendo a cerca de 9% da área global, pelo que as áreas reservadas para estes usos não têm sido uma prioridade na construção das AAE.

O número total de lotes oferecido pelas AAE é de 1631, que também se encontram maioritariamente em Guimarães (30%) e V.N Famalicão (30%). Do conjunto dos lotes existentes, constata-se também que um número considerável (685, isto é, 42% do total) estão vazios, o que é indicativo de uma elevada taxa de não ocupação. A relação mais desfavorável ocorre na Póvoa de Lanhoso, onde 72% dos lotes dos espaços empresariais estão disponíveis. Guimarães e Santo Tirso apresentam uma taxa de lotes disponíveis também elevada, que é superior a metade do número total dos lotes existentes. Em relação à dimensão média dos lotes é de salientar que esta informação apenas foi disponibilizada para 34% das AAE. Ainda assim, a informação fornecida permitiu concluir que os lotes são muito heterogéneos, havendo casos com mais de 3000m² de superfície e outros com menos de 200m². Aparentemente, não se verifica uma relação directa entre o número de lotes disponíveis e a respectiva dimensão, pelo que a não ocupação destes espaços deverá estar associada a outros factores (como o preço, a localização, o nível de infra-estruturação e de serviços, e a forma de gestão).

O número de empresas instaladas nas AAE sobre as quais foi facultada informação (83) é de 803, o que representa uma média geral de apenas 9,2 empresas por espaço. Há diversos casos de AAE que não têm qualquer empresa instalada (como nas AAE de Fradelos, do Lugar do Monte e do Padrão (em Famalicão) ou que têm apenas 1 empresa instalada, como na AAE de Brito (Guimarães) ou na AAE da Agrela (Santo Tirso). O quociente entre o número de AAE e o número de empresas instaladas revela que a situação mais favorável ocorre em Fafe (33,5 empresas/AAE) e a pior (4,0) verifica-se na Póvoa de Lanhoso. O município de V.N Famalicão é aquele onde estão instaladas mais empresas (32%), ao que se segue a Trofa (23%) e Guimarães (20%).

Uma questão importante em relação à qual não foi possível obter grandes conclusões foi o preço do solo, devido à gestão privada de muitas AAE. Apenas se conseguiram alguns valores de referência fraccionados pelos municípios e se identificaram algumas ideias-chave como no caso da Póvoa de Lanhoso, onde a gestão privada das AAE, associada a uma política de preços inflacionada para a realidade do município, tem sido um factor de retracção dos investimentos, que é responsável pelo baixo índice de ocupação dos espaços empresariais do concelho.

No que concerne ao nível de infra-estruturação, identificaram-se diversas carências. A maior parte das AAE do Ave apenas possui uma cobertura elementar de infra-estruturas, i.e., estavam presentes as estritamente necessárias às actividades produtivas instaladas, o que constitui um obstáculo à modernização do tecido produtivo. Assim, as infra-estruturas mais correntes englobavam o abastecimento eléctrico, de água, a rede viária, a iluminação pública e o estacionamento automóvel. Num nível intermédio, surgia a cobertura por rede de telecomunicações e por gás natural e os sistemas de tratamento de águas residuais. Todas as restantes infra-estruturas estavam ausentes da maioria das AAE, o que sugere uma reduzida qualificação dos espaços. As infra-estruturas ambientais e a oferta de espaços não dedicados à produção (espaços verdes e desportivos) são as componentes mais penalizadas. Ao nível tecnológico, a ligação por cabo de fibra óptica era uma realidade também alheia à maior parte dos espaços, estando presente em apenas oito deles.

Em relação aos serviços infra-estruturais (*facilities e amenities*) verifica-se que as lacunas eram ainda mais notórias do que no caso das infra-estruturas físicas, o que vem corroborar a ideia de que as áreas de acolhimento empresarial se encontram, de uma forma geral, bastante desqualificadas. Assim, do total de 14 serviços constantes do inquérito, apenas três se encontravam numa percentagem superior a 50% nas AAE: os transportes públicos, o serviço de recolha de resíduos e o serviço de limpeza, ou seja, um conjunto de serviços básicos. Num nível intermédio e presentes em perto de metade dos espaços empresariais surgiam os serviços relacionados com a alimentação (cafetaria e restauração), com a segurança, as estações de serviço auto e os serviços de manutenção de infra-estruturas. Do conjunto de serviços apresentado, os que tinham uma menor implantação são os correios, os edifícios multiusos e as associações de empresários. Devido à urbanização difusa, verifica-se que muitas das AAE se encontram relativamente próximas de núcleos urbanos, onde estão instalados serviços

que podem compensar a sua ausência nos espaços empresariais, mas a falta de articulação não permite que as AAE tirem partido destes serviços de proximidade.

Os municípios do alto Ave eram os que se apresentavam mais desqualificados em termos de infra-estruturas físicas e de amenidades. Basta ver que a AAE de Mondim de Basto não possui nenhum dos serviços mencionados, os quais estão também muito ausentes das AAE da Póvoa de Lanhoso e de Vieira do Minho. Pelo contrário, os municípios do baixo Ave eram os melhor apetrechados, mas o elevado número e a fragmentação territorial das AAE nestes municípios faz com que tanto houvesse áreas bem qualificadas e atractivas, como espaços bastante desqualificados.

Quadro 2: Principais indicadores das AAE activas do Ave

Parâmetros	Valor
Número de AAE	87
Área global (ha)	344
Área disponível (ha)	96
Área espaços verdes/equipamentos (ha)	32
Número de lotes	1631
Número de lotes vagos	685
Dimensão média lotes (m ²)	990
Número de empresas instaladas	803

Fonte: Adrave, 2008.

3.3.2. Os espaços empresariais difusos

Por espaços empresariais difusos entende-se a instalação de empresas em áreas não dedicadas para esse uso e que coexistem com outros tipos de utilização, nomeadamente com as zonas residenciais. Tendo em conta as regulamentações actuais que obrigam à instalação destas actividades nas AAE, estes espaços correspondem a implantações já antigas ou ao crescimento de outros usos que foram permitidos nas suas imediações. A urbanização difusa que caracteriza o Ave e a tardia entrada em funcionamento dos planos reguladores do uso do solo, fizeram com que os espaços empresariais difusos sejam uma realidade muito enraizada em quase todo o Ave. Esta situação, para além de gerar vários conflitos com outros usos, é limitativa da própria actividade, condicionando acções como a expansão das empresas, as acessibilidades, a qualificação dos espaços, a instalação de certos serviços, etc.

Assim, no âmbito territorial deste projecto apenas os núcleos difusos mais relevantes, em termos de dimensão ou de importância económica das unidades instaladas, têm condições para serem integrados em estratégias de ordenamento e de

requalificação supra-municipal. De facto, as pequenas empresas isoladas e de reduzido impacto económico não têm expressão a este nível, devendo estes espaços ser planeados mais na óptica do desenvolvimento municipal e local. Para evitar a discrepância nos dados enviados, foi solicitado aos municípios que seleccionassem apenas os espaços difusos com uma escala e uma importância que permitisse o seu tratamento ao nível supra-municipal. Contudo, a informação cedida retrata realidades muito distintas, uma vez que alguns concelhos forneceram informação com muito detalhe, tendo descido ao nível da implantação individual das empresas no território (como nos casos da Trofa e de Guimarães), enquanto que outros concelhos (como Vizela) não forneceram qualquer informação, por este levantamento não estar disponível. É, pois, com base nestas restrições que se efectua a análise aos espaços empresariais difusos.

Em conformidade com as informações fornecidas, verifica-se que os espaços difusos estavam irregularmente repartidos pelos concelhos do Ave. Foram diagnosticados 275 espaços difusos no Ave (o triplo das áreas dedicadas existentes), verificando-se uma maior concentração na Trofa e em Guimarães e uma ausência nos municípios do alto Ave. O conflito destes espaços com outras actividades não foi muito considerado pelos municípios. Os impactos referidos relacionam-se com constrangimentos ao nível do tráfego (circulação de pesados em vias não dimensionadas para o efeito) e com interferências nas áreas residenciais/comerciais circundantes (mais tráfego, ruídos, emissões de fumos, resíduos, etc.).

De acordo com o inquérito, os espaços difusos ocupavam uma área de 1370ha, onde estavam instaladas 527 empresas. Estes números não deixam margens para dúvidas quanto à importância que este tipo de ocupação empresarial detém no Ave e, em particular, em Guimarães, onde se concentra a maior área e onde estão instaladas mais empresas nestes espaços.

Em relação ao nível de qualificação, estes espaços evidenciam uma situação pior do que as áreas dedicadas. Apenas as infra-estruturas e os serviços mais básicos estão presentes, havendo uma grande carência de vários elementos. Este facto estará relacionado com a falta de ordenamento que caracteriza estas áreas e que se reflecte numa pior cobertura por infra-estruturas, onde pontificam apenas aquelas que são utilizadas por outros usos do solo. Por outro lado, a reduzida dimensão e a pulverização destes espaços pelo território não comporta a existência de certos equipamentos e de serviços de apoio. Assim, regra geral, estes espaços evidenciam uma má qualidade em termos de cobertura por infra-estruturas físicas.

A maior parte dos municípios não parece dispor de uma política bem definida para estes espaços. No caso de V.N. Famalicão, as estratégias formuladas passam por incentivar a deslocalização das empresas para as áreas de acolhimento existentes, sobretudo, dos espaços que causam maiores interferências nos usos do solo contíguos. A requalificação de alguns espaços com maior potencial é também uma possibilidade. Com um objectivo semelhante, o município de Póvoa de Lanhoso pretende requalificar um dos espaços (Taíde) integrando esta acção numa estratégia de ordenamento do território da localidade.

3.3.3. Os espaços empresariais desactivados

Esta tipologia, como se referiu, corresponde aos espaços empresariais onde, à data do inquérito, não estavam instaladas empresas em actividade. A existência destes espaços apenas foi identificada nos municípios da Póvoa de Lanhoso, Santo Tirso, Trofa e V.N. Famalicão. As causas apontadas para a desactivação destes espaços assentam na falência das empresas, na sua deslocalização para outras áreas e ainda na ocupação residual dos espaços por outros usos do solo.

Com base na informação recolhida, detectaram-se 31 espaços desactivados, sendo que 15 deles estavam localizados em Santo Tirso. Alguns destes espaços apresentam áreas muito significativas, tendo dimensões médias superiores às AAE activas, como sucede em Famalicão ou com a área industrial de Fontarcada na Póvoa de Lanhoso. O nível de infra-estruturação e de serviços existentes nestes espaços é muito reduzido e encontra-se desmantelado ou deteriorado. Em relação aos restantes indicadores, não foi possível obter informações.

A recuperação destes espaços obedece a diferentes estratégias consoante cada caso. Por um lado, estão a ser tomadas acções de reabilitação física dos espaços, como na fábrica do Teles (Santo Tirso), onde funcionará um centro empresarial e uma incubadora de empresas de base tecnológica. Noutros casos, a estratégia passa pela adopção de uma política de promoção mais eficiente, com o objectivo de captar novas empresas e investidores (Póvoa de Lanhoso e V.N. Famalicão).

3.3.4. As estratégias empresariais previstas

Um outro aspecto considerado importante para o ordenamento das áreas de acolhimento à escala supra-municipal foi o conhecimento das estratégias previstas pelos municípios em relação à promoção de novas AAE e à ampliação das já existentes. Se no

início houve alguma renitência por parte dos municípios em apresentar perante os restantes parceiros as suas estratégias individuais, com o desenrolar dos trabalhos acabou por chegar-se a uma situação de diálogo e de clarificação dos projectos.

As estratégias previstas podem enquadrar-se em duas tipologias: a criação de novas AAE e a expansão dos espaços já existentes. Em relação à criação de novas AAE, o Quadro 3 sintetiza as principais características das áreas previstas. Assim, verifica-se que apenas dois municípios não prevêm a criação de novas AAE: Mondim de Basto e Vieira do Minho. No total, está prevista a instalação de mais 21 AAE no Ave, que irão ampliar em 559ha a oferta existente, o que significa uma expansão de 162,5% face à área disponibilizada. É de salientar que este valor peca por defeito, uma vez que as superfícies de algumas AAE previstas ainda não são conhecidas. Dos valores obtidos, mais de metade da área prevista será ocupada pela Área de Localização Empresarial (ALE) da Trofa, cujo projecto prevê uma área bruta de implantação de 291ha. Este é aliás o único projecto que se inscreve na tipologia de ALE previsto para o Ave, distinguindo-se por vir a ser a maior e mais bem equipada área de acolhimento da sub-região. Em V.N. Famalicão, as três AAE previstas irão aumentar também significativamente a oferta do município, estando também prevista a instalação de uma grande AAE no sector Sul do município, sobre a qual ainda não existem muitos dados concretos.

Quadro 3: Características das novas AAE previstas para o Ave

Município	Nº AAE previstas	Área prevista (ha)	Área prevista/AAE existente
Cabeceiras de Basto	5	19	463%
Fafe	2	?	?
Guimarães	3	85	90%
Póvoa de Lanhoso	5	?	?
Santo Tirso	1	6	16%
Trofa	1	291	605%
V.N. Famalicão	3	158 (+)	190%
Vizela	1	?	?
TOTAL	21	559	162,5%

Fonte: Adrave, 2008.

A ampliação de AAE já existentes é uma estratégia assumida por três municípios: Guimarães, V.N. Famalicão e Vieira do Minho (Quadro 4). Ao todo perspectiva-se a ampliação de 15 AAE, que irão provocar também um significativo aumento da oferta já existente, com a maior ampliação a ocorrer em V.N. Famalicão. A estratégia deste município passa por ampliar as áreas adjacentes a algumas AAE mais dinâmicas, pela

consolidação de outros espaços junto de núcleos urbanos e ainda pela disponibilização e infra-estruturação de solo classificado para o efeito pelo anterior PDM.

Quadro 4: Ampliação prevista de AAE existentes no Ave

Município	Nº AAE ampliar	Área ampliação (ha)	Área ampliação/AAE existente
Guimarães	7	132	139%
Vieira do Minho	1	8	625%
V.N. Famalicão	7	218	263%
TOTAL	15	538	156%

Fonte: Adrave, 2008.

3.4. Enquadramento da oferta empresarial do Ave nas directrizes regionais

Com base nos resultados preliminares obtidos a partir da análise dos inquéritos e das estatísticas apresentadas, procede-se de seguida um enquadramento crítico das características da oferta de acolhimento empresarial do Ave nas orientações das políticas regionais enunciadas na Secção 2.

Verifica-se que as condições de acolhimento empresarial existentes no Ave apresentam diversas debilidades, estando a superação de muitas delas na mira das políticas nacionais e regionais. Uma das principais dificuldades relaciona-se com a fragmentação e com a dispersão territorial das AAE, quer ao nível supra-municipal, quer ainda à escala municipal. De facto, a política de localização de AAE no Ave não se tem pautado por critérios de selectividade e/ou de associar a implantação industrial a necessidades competitivas e de cooperação entre as empresas. Em muitos casos, as AAE funcionam como meros repositórios de empresas, onde estão instaladas muitas actividades não-produtivas (oficinas e stands de automóveis, actividades comerciais, etc.), nomeadamente nos municípios do alto Ave, onde o tecido produtivo é mais frágil. As políticas seguidas pelos municípios têm claramente privilegiado a quantidade em detrimento da qualidade, numa lógica de que a disponibilização e a proliferação de um grande número de AAE se repercute numa maior capacidade de atracção de investimentos e na criação de emprego. Contudo, o diagnóstico revelou uma situação bem diferente, com a existência de uma percentagem bastante elevada de AAE e de lotes sub-ocupados. Um dos municípios onde este problema é maior é a Póvoa de Lanhoso, onde os espaços desocupados são superiores a 50% da oferta total do município. Noutros casos, como em V.N. Famalicão onde existe um elevado número de áreas dedicadas espalhadas pelo território, verificou-se que alguns parques tinham escasso número de empresas instaladas. Através de uma análise às características das

AAE onde o índice de sub-ocupação é maior, constata-se que há uma correlação directa entre a sua localização e índice de qualificação que apresentam. Ou seja, as AAE onde se verifica uma menor implantação de empresas são predominantemente espaços difusos e mal qualificados, com deficits evidentes em termos de amenidades e de infra-estruturação. Essa mesma conclusão obteve-se com a aplicação de uma análise multicritério às AAE do Ave (Adrave, 2008), tendo-se verificado que os espaços melhor classificados são os mais qualificados e os de localização mais central, saindo particularmente penalizados os espaços com deficientes níveis de acessibilidade e de infra-estruturação. Tal como Silva *et al.* (2008) diagnosticaram na região Norte, o estudo efectuado no Ave revela o predomínio de espaços empresariais que não passam de meros loteamentos, com um nível de infra-estruturação básico e com um modelo de gestão muito pouco eficiente. As iniciativas de construção das AAE não tiveram na sua génese qualquer concepção relativa a um modelo de gestão posterior. Ou seja, uma vez definido o loteamento e garantido o nível de infra-estruturação elementar, as AAE deixam de ter um acompanhamento directo, levando em vários casos à degradação dos espaços e à baixa rentabilização do investimento efectuado. Além disso, a falta de estratégia na concepção das políticas municipais para o acolhimento empresarial faz com que frequentes vezes a dimensão e as características dos espaços construídos não se ajuste às necessidades das empresas e da procura regional. Este motivo é, aliás, invocado por parte de alguns municípios (como a Póvoa de Lanhoso) para construir novas áreas de acolhimento empresarial. A falta de qualificação das AAE verifica-se essencialmente em relação às componentes ambientais (falta de ETAR's, ecopontos, espaços verdes, etc.), sociais (equipamentos desportivos, sociais, etc.) e tecnológicas (a ligação por fibra óptica é uma realidade ausente da quase totalidade das AAE). Quanto aos serviços, as carências são, de uma forma geral, ainda maiores.

Face a este cenário, as estratégias assumidas pela maior parte dos municípios do Ave poderão ser questionadas, uma vez que irão aumentar substancialmente a oferta actualmente existente, sendo previsível que venham a agravar os já de si baixos índices de ocupação. De facto, as estratégias municipais parecem reincidir sobre os erros cometidos, com o foco centrado na disponibilização de uma área crescente de *solo industrial*. É de ressaltar que alguns destes projectos prevêm a dotação dos espaços com as mais modernas infra-estruturas e amenidades de apoio, como seja o caso da ALE da Trofa. Porém, a informação avançada pelos municípios permite concluir que muitas das futuras AAE não terão um apetrechamento avançado em termos de infra-

estruturas e de serviços de apoio. Por outro lado, a disponibilização de espaços mais atractivos poderá prejudicar a dinâmica dos espaços menos qualificados, que têm poucos argumentos para atrair investidores, tornando-os ainda menos competitivos. Deste modo, as estratégias previstas pelos municípios devem ser reavaliadas. Em detrimento da constituição de novas AAE, a aposta deverá centrar-se na requalificação dos espaços existentes e numa maior articulação ao nível municipal e supra-municipal. Estas são, como se referiu, as orientações da política regional, que claramente privilegiam a requalificação em detrimento da criação de novos espaços, de modo a evitar a expansão e a pulverização de mais áreas pouco qualificadas.

Por seu turno, na lógica de disponibilização de um grande número de AAE não tem havido uma política de articulação com os demais espaços empresariais. Esta falta de articulação é essencialmente notória à escala supra-municipal, devido ao predomínio de uma política de ordenamento municipalista. Como também se referiu, um dos principais focos da política regional consiste em reforçar a interligação entre as AAE e estabelecer lógicas de funcionamento em rede. No caso do Ave, a falta de articulação poderá ser observada sob um ponto de vista horizontal e vertical. Em termos horizontais, verifica-se que não tem havido uma política de concertação entre os municípios no que respeita ao acolhimento empresarial e à localização das AAE. Pelo contrário, verifica-se que tem até havido alguma concorrência com a instalação de algumas AAE nos limites dos concelhos com o intuito de atrair recursos dos territórios vizinhos e não de tirar partido das sinergias que daí pudessem resultar. Esta tendência parece persistir, como o comprova a estratégia de localização de algumas AAE previstas. A competição, a concorrência e a rivalidade têm-se imposto à cooperação, à concertação e à racionalização da oferta à escala sub-regional. A desarticulação da oferta radica na falta de ordenamento supra-municipal e na ausência de discussão e de planeamento integrado entre os municípios. Por outro lado, em termos verticais, verifica-se que no Ave existe também um deficit de articulação das empresas com outras entidades, nomeadamente com os centros tecnológicos e de I&D. Apesar de estarem localizados no Ave vários centros credenciados (CITEVE, CENFIM, etc.), e de instituições de ensino superior, com destaque para a Universidade do Minho, não tem havido a articulação desejável entre ambas as esferas, com a consequente transferência e internalização de conhecimentos e de tecnologia no tecido produtivo local. Este problema poderá residir, por um lado, na ausência de tradição deste tipo de

relacionamentos, quer pelas características da base produtiva do Ave, de cariz ainda muito tradicional, que é pouco permeável a este tipo de cooperação.

Superar a falta de articulação e a necessidade de pensar e de trabalhar em rede são condições fundamentais para ultrapassar os vários obstáculos que o tecido empresarial do Ave apresenta. Neste contexto, o projecto *Ave Compete* constituiu uma espécie de laboratório onde se ensaiaram as primeiras tentativas de colocar as várias entidades a analisar os problemas em comum e a tentar formular estratégias em conjunto. O projecto permitiu a constituição de uma plataforma alargada onde foram debatidas, sem as barreiras municipais, várias ideias e estratégias para debelar os problemas que o Ave apresenta em termos de acolhimento empresarial. Em particular, foi possível colocar os municípios a reflectir sobre as suas políticas para o acolhimento empresarial, evidenciando os erros decorrentes do ordenamento meramente municipalista. Foi possível sensibilizar os municípios para a necessidade de reforçar a concertação dos projectos e para os gerir em rede de uma forma mais eficiente. E foi ainda possível levar os municípios a divulgarem as suas políticas e estratégias para o acolhimento empresarial. Neste contexto, é meritória a acção de algumas entidades, nomeadamente da Adrave e da Amave que se têm esforçado por estreitar a cooperação entre os municípios e por criar dinâmicas de articulação em rede no Ave. Na verdade, a constituição de uma rede de AAE, tendo em consideração as heterogeneidades do território, seria uma acção muito profícua para ultrapassar outras debilidades do acolhimento empresarial da região, favorecendo o surgimento de economias de aglomeração. O actual padrão de fragmentação de um elevado número de pequenas AAE, onde estão essencialmente instaladas microempresas e PME's, reduz a capacidade competitiva e de exteriorização económica do Ave. Com a articulação em rede, obter-se-iam efeitos de escala, de aumento da massa crítica das empresas da sub-região, com os consequentes benefícios ao nível do robustecimento do tecido produtivo. O estabelecimento de uma rede permitiria integrar não apenas as AAE especializadas numa determinada função, como integrar os espaços empresariais numa perspectiva de complementaridade, nomeadamente os pertencentes aos municípios do Alto Ave. Ao nível da articulação inter-institucional é de salientar que têm sido dados alguns passos importantes, por acção da competência de alguns centros tecnológicos, como o CITEVE, bem como pela instalação recente de alguns equipamentos, como o Parque de Ciência e Tecnologia do Ave, Avepark (Guimarães). O Avepark é um espaço com excelentes amenidades que apesar de não se enquadrar na tipologia convencional de

AAE, será um dos espaços empresariais melhor dotados em termos de infra-estruturas físicas e de serviços de apoio, com uma forte componente tecnológica, de investigação e de incubação de empresas (SpinPark). A par dos restantes centros tecnológicos e de I&D, o Avepark vai desempenhar um papel fundamental no processo de modernização e de intensificação tecnológica das empresas do Ave.

Uma outra debilidade que está sinalizada pelas políticas públicas relaciona-se com a forma de gestão das AAE. Nos moldes actuais, as AAE são essencialmente promovidas pelos municípios, sendo posteriormente a sua gestão assegurada integralmente pelos serviços municipais ou por entidades privadas (em alguns concelhos coexistem as duas modalidades). Em ambos os casos, verifica-se que estes sistemas de gestão não são eficientes. Em termos municipais, a gestão é entregue a serviços que não estão exclusivamente vocacionados para esta tarefa, fazendo portanto um acompanhamento pontual e pouco profissional das AAE. No caso dos formatos de gestão privada, há diversos problemas que se colocam, nomeadamente a gestão especulativa dos preços, a falta de coordenação entre as várias entidades gestoras de que resultam dificuldades em obter informações sobre as características dos espaços. Estes mesmos problemas foram sentidos durante o diagnóstico das AAE geridas por entidades privadas. A ineficiência das formas de gestão das AAE é um problema grave, pois dela depende a capacidade de captar investimentos e de exteriorizar as potencialidades da sub-região. Os próprios actores do Ave estão cientes deste problema. No âmbito do projecto Ave Compete procurou-se lançar as bases para a adopção de uma solução supra-municipal de gestão dos espaços empresariais do território, que esteja exclusivamente incumbida desta tarefa, e que seja capaz de compilar, de actualizar e de prestar todas as informações sobre as AAE do Ave. Além disso, poderia desenvolver outras actividades, como ao nível do marketing territorial e do *benchmarking*. Pela sua natureza, uma plataforma desta natureza teria de ser assumida por uma entidade exterior aos municípios, mas que promova uma actuação ao nível do desenvolvimento do Ave.

4. Conclusões

As características das AAE são consideradas um aspecto decisivo na instalação das empresas e na captação de investimentos. Esta noção é partilhada por Chun (2004) quando refere que as AAE são um elemento estratégico na localização de actividades industriais num determinado território para satisfazer a procura de solo industrial, tendo ainda importância ao nível do ordenamento do território e da protecção ambiental. Neste

sentido, as AAE apresentam diversas vantagens relacionadas com a promoção do emprego, com a melhoria dos padrões de vida da população, com o atractivo de investimentos, com o reforço da competitividade económica e territorial, com a diversificação da base produtiva e com o desenvolvimento regional (Beyrard, 1988; Chun, 2004).

Em Portugal e, em particular, no caso da região Norte, não tem existido uma política racional no que respeita ao ordenamento, à instalação e à gestão destes espaços empresariais. O acolhimento empresarial na região resulta directamente das estratégias municipais, que têm multiplicado a oferta existente sem que haja um correspondente acréscimo da qualidade da oferta. Paralelamente, o ordenamento empresarial na região tem-se feito à revelia de qualquer concertação supra-municipal, tendo por base uma lógica meramente municipalista de desenvolvimento. A gestão das AAE é, na maior parte dos casos, muito ineficiente, havendo vários intervenientes e uma grande dificuldade em obter-se informações sobre os espaços disponíveis. A combinação destes ingredientes faz com que as AAE acabem por não cumprir nenhum dos princípios que estão subjacentes à sua criação, não concorrendo para o reforço da competitividade económica, nem para o ordenamento do território, nem para a protecção do ambiente.

O foco das políticas públicas para o acolhimento empresarial da região Norte centra-se em debelar estes problemas. Os objectivos fundamentais relacionam-se com a aposta na qualificação dos espaços em detrimento do alargamento da oferta; no reforço da articulação das AAE e destas com outras infra-estruturas equipamentos e serviços de suporte às empresas (centros tecnológicos, parques de ciência e tecnologia, etc.); na implementação de lógicas de funcionamento em rede, nomeadamente através da estruturação de três níveis de oferta à escala das NUT III da região Norte (nível regional, nível supra-municipal e nível municipal); e na adopção de formas de gestão integradas e mais eficientes das AAE. Com vista à implementação destas medidas existem vários mecanismos públicos de suporte, como o Sistema de Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística, que é gerido pela CCDR-N e conta com fundos do QREN. Estas políticas públicas visam reverter as dinâmicas existentes e os pressupostos do ordenamento empresarial, procurando modernizar as AAE, tornando-as mais atractivas e aumentando a sua capacidade competitiva.

No âmbito do estudo levado a cabo, foi possível concluir que o Ave constitui um exemplo paradigmático das dificuldades em assegurar uma oferta planeada e articulada de AAE, onde a oferta se caracteriza por uma lógica municipalista, bem como por uma

elevada dispersão e fragmentação de AAE pouco qualificadas. Além disso, a gestão das AAE do Ave assenta em modelos muito heterogéneos e pouco profissionais, facto que dificulta a atracção de investidores e a própria rentabilização dos espaços em termos municipais e supra-municipais. A título de exemplo, se um investidor não familiarizado com o território pretender instalar-se num espaço empresarial do Ave, terá algumas dificuldades em encontrar uma área de acolhimento que responda às suas necessidades pela inexistência de um serviço de informações (municipal e supra-municipal) que indique os espaços disponíveis e as características dos mesmos (área, lotes vagos, preços do solo, amenidades existentes, tipologia das empresas instaladas, etc.).

No que respeita às estratégias previstas pelos municípios do Ave, prevê-se que venham a agravar muitos dos problemas já existentes, tais como: a dispersão e a fragmentação das AAE, o aumento substancial da oferta e previsivelmente das taxas de sub-ocupação dos espaços; a falta de articulação à escala supra-municipal; e o predomínio da lógica da quantidade em detrimento da qualidade, salvo poucas excepções. Verifica-se, assim, que os pressupostos das políticas municipais colidem com as orientações das políticas públicas para o acolhimento empresarial na região Norte.

Um dos principais méritos do estudo desenvolvido foi o de, pela primeira vez, sentar à mesma mesa as diversas entidades com responsabilidades no ordenamento empresarial, em particular os dez municípios do Ave. Foi possível confrontá-los com os problemas existentes e alertá-los para as consequências colectivas que a continuidade do ordenamento municipalista implicará para todos. Respalado na possibilidade da obtenção de financiamento por parte do Sistema de Apoios, o estudo criou uma plataforma para a discussão do ordenamento empresarial do Ave à escala supra-municipal, onde os requisitos das políticas públicas passaram a ser equacionados pelas diversas entidades, nomeadamente a necessidade de qualificar em detrimento de aumentar e de articular em rede em vez de pulverizar mais espaços. Por outro lado, ao nível da gestão, o estudo permitiu demonstrar as vantagens que a adopção de uma plataforma comum teria ao nível da rentabilização da oferta em termos de atractividade e da actualização e disponibilização da informação. Neste contexto, a componente Web-Sig do projecto constitui um primeiro passo para no sentido de ser adoptado um sistema de informação actualizado e em permanente monitorização, que possa prestar um conjunto diversificado de informações aos potenciais investidores nacionais e estrangeiros. O sucesso e a evolução destes projectos para ferramentas de busca de

informação mais potentes e aprofundadas implica um reforço da articulação entre os municípios e as demais entidades à escala supra-regional, nomeadamente através da constituição de uma entidade que seja responsável pela gestão das AAE.

Em suma, o estudo desenvolvido contribuiu para reequacionar o ordenamento empresarial no Ave e para sensibilizar os agentes municipais e regionais para a necessidade de alterar as rotinas de trabalho individuais. Resta esperar que esta dinâmica colectiva de envolvimento não se esgote nos estímulos das políticas públicas e possa ter continuidade no futuro.

Referências bibliográficas

- Adrave – Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do Ave (2008) *Ave Compete, Qualificar e Ordenar para Competir*, Vila Nova de Famalicão.
- Beyrard, M. (1988) *Business and industrial park development handbook*, The Urban Land Institute, Washington, D.C.
- CCDRN – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (2006) *Norte 2015, Competitividade e Desenvolvimento, uma visão estratégica*, CCDRN, Porto.
- Chun, S. (2004) “Industrial estate planning and development: case studies”. In Freire M, Yuen B (eds) *Enhancing urban management in East Asia*. Ashgate Publishing Ltd.
- INE – Instituto Nacional de Estatística (2002) *XIV Recenseamento Geral da População*, Lisboa.
- INE – Instituto Nacional de Estatística (2009) *Anuário Estatístico da Região Norte de 2008*, Lisboa.
- Porter, M. (1994), *Construir as vantagens competitivas de Portugal*, Monitor Company & Forum para a Competitividade, Lisboa.
- Porter, M. (2002), *Portuguese Competitiveness*, Institute for Strategy and competitiveness, Harvard Business School, April 17th, Lisbon.
- Silva, M., Almeida, A., Silva, S. (2008) *Plano de Acção para a Promoção do Acolhimento Empresarial no Norte de Portugal 2008-2010*, CCDRN, Porto.
- Valente, A., Pires, A., Esteves, C., Rodrigues, C., Anselmo, E., Carvalho, G., Marques, M., Martins, N. (2008) *Estudo estratégico para o ordenamento do território empresarial no Minho*, AIMinho, Braga.